

## De Jango a Castello: O golpe civil-militar e suas repercussões na política externa brasileira (1961-67)

*Leandro Gavião<sup>I</sup> e Rafael Sales Rosa<sup>II</sup>*

**Resumo:** O presente artigo visa abordar as consequências do Golpe Civil-Militar de 1964 no processo de formulação da política externa brasileira. Nossa ênfase recai sobre dois paradigmas de inserção externa: o *americanismo* e o *globalismo*. A Política Externa Independente (PEI), formulada nos marcos dos governos de Jânio Quadros e de João Goulart, vinculava-se à perspectiva globalista, apresentando uma nova concepção acerca da relevância da diversificação de parceiros e da multilateralização. A inflexão promovida por Castello Branco, no imediato pós-golpe, motivou o retorno de uma visão acrítica do americanismo, motivo pelo qual foi progressivamente sendo rechaçada pelos próprios militares, até redundar no Pragmatismo Ecumênico e Responsável de Ernesto Geisel, espécie de readaptação dos preceitos da PEI sob um novo contexto histórico. Buscar-se-á, portanto, elucidar as razões por trás da reorientação da projeção externa brasileira aplicada no imediato pós-golpe, assim como as linhas gerais da PEI e uma breve análise do contraste desta em relação à diplomacia de Castello Branco.

**Palavras-chave:** Americanismo; Globalismo; Política Externa Independente; Golpe de 1964; Relações Internacionais.

### **Jango of the Castello: The civil-military coup and its repercussions on Brazil's foreign policy (1961-67)**

**Abstract:** This article aims to address the consequences of the 1964 Civil-Military Coup in the formulation of Brazilian foreign policy. Our emphasis is on two paradigms of international insertion: Americanism and globalism. The Independent Foreign Policy (PEI), formulated within the framework of governments of Quadros and João Goulart, was linked to the globalist perspective, presenting a new conception of the importance of diversification and multilateralisation partners. The inflection promoted by Castello Branco, in the post-coup immediately prompted the return of an uncritical vision of Americanism, why was gradually being rejected by the military itself, to result in Pragmatism Ecumenical and Ernesto Geisel Responsible, kind of rehabilitation of the precepts the PEI under a new historical context. Search It will therefore elucidate the reasons behind the reorientation of Brazilian foreign projection applied immediately after the coup, as well as the general lines of PEI and a brief analysis of this contrast in relation to the diplomacy of Castello Branco.

**Keywords:** Americanism; Globalism; Independent foreign policy; Coup in 1964; International relations.

DE JANGO A CASTELLO: O GOLPE CIVIL-MILITAR E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1961-67)

LEANDRO GAVIÃO E RAFAEL SALES ROSA

Artigo recebido em 26/11/2014 e aprovado em 15/02/2015.

O episódio da Proclamação da República (1889) representou, para além das mudanças institucionais ocorridas, uma reformulação em nossa política externa. O Brasil superou a condição de corpo estranho no continente americano – até então a única monarquia da região – e passou a estabelecer maiores diálogos com os Estados Unidos, país que além de servir de inspiração e referência para a construção do novo regime brasileiro (CARVALHO, 2012), também se apresentava como um relevante parceiro comercial, sobrepujando, progressivamente, a Inglaterra.

Enquanto praticamente toda a vizinhança latino-americana manifestava algum grau de insatisfação com as recorrentes violações de soberania provocadas por Washington, o Brasil, país ainda relativamente imune a tais intervenções, interpretava a Doutrina Monroe e o Corolário Roosevelt como recursos defensivos praticados pelo “irmão” do Norte contra o imperialismo europeu (PINHEIRO, 2004). Com efeito, embora tivesse passado por nuances e inflexões, a nossa política externa manteve-se, até o governo de Jânio Quadros, inserida no paradigma *americanista*. Este último, segundo Letícia Pinheiro (idem), bifurcava-se em duas vertentes: o *americanismo pragmático* e o *americanismo ideológico*.

Em linhas gerais, ambas as correntes prezavam pela manutenção de relações especiais com Washington. Diferenciando-se, entretanto, quanto às razões que motivavam tal aproximação. Na raiz do *americanismo pragmático* está a ideia de que o Brasil pode auferir ganhos se souber estabelecer padrões de relacionamento que busquem, em última instância, o desenvolvimento nacional.

Um bom exemplo pode ser encontrado no Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-45), quando foi negociada a entrada do país na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, desde que o banco norte-americano Eximbank fornecesse capitais com juros baixos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Em 1954, a Carta Testamento de Vargas expunha os primeiros sinais de esgotamento da estratégia *americanista*, uma vez que a continuidade do aprofundamento do desenvolvimento brasileiro levaria o país a entrar em choque com os interesses de Washington.

DE JANGO A CASTELLO: O GOLPE CIVIL-MILITAR E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA (1961-67)

LEANDRO GAVIÃO E RAFAEL SALES ROSA

Por outro lado, o *americanismo ideológico* visava à aproximação com os Estados Unidos tendo por base a convicção de que os objetivos, os valores e as crenças daquela nação convergiam com seus correspondentes brasileiros. A dimensão normativa-ideológica passava a ter maior importância do que questões mais tangíveis.

Uma amostra prática deste modelo de projeção externa pode ser verificada no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-51), momento em que o Brasil aderiu de forma acrítica a ideologias exportadas do Norte, como o liberalismo econômico e o anticomunismo. Ademais, o voto brasileiro em organizações internacionais era quase sempre uma mera duplicação do voto norte-americano, independente dos verdadeiros anseios brasileiros. Deve-se frisar, ainda, que fora durante o mandato conservador de Dutra que o Brasil cassara o registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e rompeu relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)<sup>III</sup>.

As insatisfações com as posições do vizinho do Norte se aprofundariam durante os anos JK (1956-61), sendo icônicos tanto os obstáculos norte-americanos à Operação Pan-Americana como o rompimento de Kubitschek com o Fundo Monetário Internacional (BANDEIRA, 1983). Abriu-se, então, certa margem para o deslocamento do eixo de nossa política externa e, por consequência, para a formulação de um novo paradigma: o *globalismo*, que seria executado durante a gestão dos dois próximos presidentes, mormente com João Goulart.

Os formuladores de política externa durante os governos Quadros e Goulart – incluindo os próprios presidentes – concluíram, de uma maneira geral, que o eixo da política externa inclinado para a manutenção de relações especiais com os Estados Unidos – isto é: o *americanismo* – entrara num processo de esgotamento em face das novas configurações do sistema internacional e do projeto nacional-desenvolvimentista. Doravante, o *americanismo* passa a apresentar certo regresso conceitual, pois havia perdido a capacidade de responder satisfatoriamente às crescentes demandas dos segmentos industriais e da sociedade civil. Neste sentido, não se trata de uma mera interpretação maniqueísta, mas da percepção da política externa como instrumento complementar para fomentar um determinado projeto de nação que estava em andamento.

DE JANGO A CASTELLO: O GOLPE CIVIL-MILITAR E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1961-67)

LEANDRO GAVIÃO E RAFAEL SALES ROSA

Assim sendo, o Brasil necessitava de uma imperiosa ampliação do seu mercado exterior para que fosse ao menos mantido, pelos próximos anos, os níveis de industrialização então alcançados em 1961. Traduzido nas premissas da Política Externa Independente (PEI), o *globalismo* emergia como um inovador paradigma reflexivo, posto que a partir dele não haveria limites ideológicos na busca por novos parceiros onde quer que estivessem localizados (VISENTINI, 2009: p. 123-124; 133-135).

Se Jânio Quadros (1961) adotou uma postura conservadora no plano doméstico, a recíproca não é verdadeira quando observamos as diretrizes de sua política externa. Basta recordarmos alguns episódios emblemáticos, como o reatamento de relações diplomáticas com países comunistas do Leste Europeu, a condecoração de Ernesto “Che” Guevara e do cosmonauta soviético Yuri Gagarin, o apoio às independências de Angola e Moçambique e a crítica ao *apartheid* sul-africano. A materialização dos preceitos *globalistas* evidencia-se no surgimento da PEI, muito embora esta última ainda estivesse mais situada no campo da retórica do que da *práxis*.

Com o episódio tragicômico da renúncia de Quadros, João Goulart (1961-64) assume a presidência do país. Sob a chancelaria de Francisco Clementino de San Tiago Dantas, inicia-se o aprofundamento da PEI, que passa a ganhar maior consistência teórica e a ultrapassar o nível do discurso. Os cinco pontos que nortearam a ação do Ministério de Relações Exteriores neste período foram:

i) contribuição à preservação da paz, através, da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; ii) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; iii) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; iv) apoio à emancipação dos territórios não-autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole; [v)] a política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional (DANTAS, 2011: p. 10).

O qualificativo “independente” indicava atitude de autonomia *vis-à-vis* blocos políticos e/ou militares, permitindo que o Brasil procurasse, diante das questões internacionais, o perfil mais consentâneo com os objetivos nacionais, sem vinculação a

DE JANGO A CASTELLO: O GOLPE CIVIL-MILITAR E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA (1961-67)

LEANDRO GAVIÃO E RAFAEL SALES ROSA

agrupamentos de países ou compromissos de ação conjunta, ressalvados aqueles de natureza regional, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) (NEVES, 1962).

Neste sentido, a ousada opção do Brasil em restabelecer relações diplomáticas com a URSS (novembro de 1961); a defesa da coexistência pacífica, da não intervenção e da autodeterminação dos povos, de modo a assegurar especialmente a soberania cubana em dois momentos: durante a VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Américas (em Punta del Este, janeiro de 1962) e ao longo da Crise dos Mísseis (outubro de 1962); e a ativa participação da diplomacia brasileira, através dos pronunciamentos de San Tiago Dantas, Afonso Arinos e Araújo Castro, quando da realização da Conferência do Desarmamento (em Genebra, março de 1962), são amostras desta posição independentista.

Em relação ao reatamento diplomático com a URSS, San Tiago Dantas expõe durante um pronunciamento na Câmara dos Deputados que, ao ato empreendido pelo Itamaraty, pesou razões de ordem política e econômica. As primeiras residiam, sobretudo, na concepção de que a opção feita em favor da coexistência sobressaía como único meio viável para a preservação da paz mundial, elemento condizente com o acumulado histórico do Itamaraty. Também pesava o fato de que inúmeros países<sup>IV</sup> de todo o globo – inclusive, na América, os EUA, o Canadá, a Argentina e o Uruguai – mantinham relações regulares e trocavam legações ou embaixadores com a URSS. As segundas residiam na preocupação do governo parlamentarista para o desafio de expandir o mercado externo, e, conseqüentemente, as exportações brasileiras. O ministro do Exterior mostrara através de dados significativamente elucidativos que o comércio intrabloco soviético apresentava, naquele momento, o mais elevado índice de crescimento entre todas as regiões analisadas<sup>V</sup> – precisamente 6,47% – e que, através do pragmático intercâmbio econômico com os países socialistas, o governo brasileiro estaria potencializando o desenvolvimento da nação – excluindo, assim, desse ato, uma suposta afinidade política ou ideológica com o comunismo e os soviéticos (DANTAS, 2011: p. 11, p. 71-80).

Apesar de ser congruente com as diretrizes da Política Externa Independente, a posição brasileira acerca da questão cubana teve um custo político considerável para o governo João Goulart e as relações Brasília-Washington. Na VIII Reunião de Consulta dos

DE JANGO A CASTELLO: O GOLPE CIVIL-MILITAR E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1961-67)

LEANDRO GAVIÃO E RAFAEL SALES ROSA

Chanceleres Americanos, o Brasil defendeu a neutralidade em relação a Cuba: rejeitou qualquer tipo de sanção econômica, mostrando-se da mesma forma contrário à formação, a partir da Organização dos Estados Americanos, de uma força militar conjunta de vários países para invadir a ilha – ambas medidas propostas pelos Estados Unidos. Recusadas pelos demais países participantes da referida Conferência, restou ao secretário de Defesa dos EUA, Robert McNamara, a tarefa de viabilizar a aprovação da expulsão de Cuba da OEA<sup>VI</sup>, não contando com o voto do Brasil, que absteve-se da votação. No episódio da crise dos mísseis balísticos soviéticos instalados no país insular, o Brasil reafirmou mais uma vez a autodeterminação de Cuba, não apoiando nem aceitando participar de nenhuma força militar que tivesse o objetivo de intervir no território cubano. Essa posição de Jango – mesmo tendo instruído o representante brasileiro na OEA a aprovar o bloqueio naval à ilha e enviado uma carta a Fidel Castro manifestando forte oposição à instalação de mísseis em Cuba – desagradou os EUA e inclusive fez cancelar uma viagem que já estava prevista do presidente Kennedy ao Brasil, pois este teria alegado “sinais de esquerdização” do governo brasileiro (FERREIRA; GOMES, 2014: p. 89-90, p. 139).

A orientação diplomática da PEI se materializava como espécie de resposta ao esmaecimento do paradigma *americanista*, cuja debilitação originou-se nas constantes negativas dos Estados Unidos em nos fornecer capitais e investimentos públicos para as áreas de infraestrutura e de bens de capital. Ademais, Dantas reconhecia que a diplomacia revestia sua linha de conduta com a busca constante pelo desenvolvimento e emancipação econômica do Brasil – simbolizada na continuidade do projeto desenvolvimentista e industrial – etapa necessária para fomentar a acumulação capitalista e viabilizar a segunda meta, dirigida para a reforma social e o estabelecimento de um regime de bem-estar (DANTAS, 1962/2011). Outrossim, havia a necessidade premente de explorar novos mercados externos e de obter maior volume de investimentos estrangeiros – preferencialmente os públicos (VIZENTINI, 2008). Em face do descaso norte-americano para com a América Latina, e da emergência de novos atores internacionais relevantes, o Brasil reorientou sua política externa visando instaurar diálogos e parcerias no âmbito global, buscando alternativas comerciais e de financiamento tanto no Primeiro Mundo como no Segundo Mundo e no Terceiro Mundo.

DE JANGO A CASTELLO: O GOLPE CIVIL-MILITAR E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1961-67)

LEANDRO GAVIÃO E RAFAEL SALES ROSA

Em outras palavras, percebeu-se que a política externa havia se tornado um instrumento indispensável para a realização do projeto desenvolvimentista. Isto posto, limitar-se a estreitar relações somente com o hemisfério dominado pelos Estados Unidos apresentava-se como uma postura contraproducente para a industrialização, sobretudo porque Washington exercia sua hegemonia sobre o restante do continente e não desejava que a ascensão de adversários na dimensão econômica resultasse em desvio de comércio (BANDEIRA, 1983).

O cenário externo desvelava-se favorável às intenções brasileiras. Uma conjunção de fatores vinculados a transformações no sistema internacional colaborou para dar sustentação às premissas da PEI e fazer com que o Brasil adotasse uma diplomacia de abrangência global visando a multilateralização, a saber: (i) a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão; (ii) a consolidação do campo socialista; (iii) a descolonização da Ásia e da África; (iv) o surgimento do Movimento dos Países Não-Alinhados; (v) a Revolução Cubana. No entanto, a PEI acabou sendo subitamente derrubada por uma nova mudança institucional interna.

Após o Golpe Civil-Militar de 1964, que contou com o apoio tácito dos Estados Unidos (SKIDMORE, 2010), houve uma profunda revisão dos princípios norteadores de nossa política externa. O General Castelo Branco (1964-67), primeiro mandatário durante a ditadura, promoveu uma verdadeira inflexão no campo das relações exteriores, desestruturando a conduta crítica de questionamento do *status quo* mundial. O *americanismo ideológico*, acompanhado do alinhamento automático com Washington, fora resgatado em detrimento do *globalismo*, paradigma que naquela ocasião definia o perfil de inserção externa do Brasil, então direcionado para o desenvolvimento de seu potencial industrial, etapa necessária tanto para fomentar a acumulação capitalista como para viabilizar o projeto trabalhista de bem-estar social. Em contrapartida, temas de corte ideológico – como “segurança nacional” e “combate às esquerdas” – caros aos Estados Unidos em seu jogo de poder mundial, assumiram o protagonismo de nossa agenda externa, imprimindo-lhe incongruências. No mesmo sentido, o conflito Leste-Oeste reaparece como eixo central do sistema internacional de poder.

Com relação às críticas endereçadas à PEI, no domínio interno parte expressiva das direitas realizava verdadeiro alardeio contra a ousada projeção externa da gestão Goulart.

DE JANGO A CASTELLO: O GOLPE CIVIL-MILITAR E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA (1961-67)

LEANDRO GAVIÃO E RAFAEL SALES ROSA

Bastante elucidativo é o trecho no prefácio do livro de San Tiago Dantas no qual o próprio ministro destaca, com fina ironia, que

Era natural que se levantassem contra essa posição política a incompreensão de alguns, os interesses contrariados de muitos, e o zelo exagerado daqueles que temem, nessas circunstâncias, desgostar amigos poderosos, em geral mais compreensivos do que eles diante das posições brasileiras (DANTAS, 1962/2011: p. 10).

No plano externo constatamos que Washington nunca havia aceitado a PEI de bom grado, pois esta não deixava de constituir um elemento que provocava erosões na sua hegemonia. Desde a publicação de “America's Strategy in World Politics” (SPYKMAN, 1942/2007), fica claro que aos Estados Unidos não interessava a emergência de concorrentes dotados de capacidade industrial, o que poderia ser alcançado caso ocorresse o desenvolvimento pleno e autônomo do parque industrial brasileiro – parte de nossa estratégia nacional –, motivo pelo qual a PEI sofreu contundentes críticas tanto de burocratas norte-americanos de alto escalão como de setores de nossas elites cooptadas. Daí entende-se a rápida interrupção da PEI mediante a reorganização de quadros provocada no Itamaraty através da mão de ferro de Castelo Branco. O Brasil deixava de lado um perfil ativo e crítico, de natureza *globalista*, para soçobrar em direção a uma postura reativa e complacente, de viés *americanista*. Em troca da subordinação, Brasília esperava receber apoio econômico. Congruente com este raciocínio, o chanceler Juracy Magalhães chegou a afirmar: “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” (MAGALHÃES; GUEIROS, 1996: p. 325).

## Conclusão

O retrocesso de nossa diplomacia foi tão marcante que, progressivamente, os demais ditadores do Regime Militar (1964-1985) foram recuperando determinados aspectos e preceitos da PEI, adaptando-os à conjuntura internacional de sua época.

Algumas mudanças já foram sentidas após a passagem da faixa presidencial para o Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969). As conclusões de técnicos brasileiros sobre os resultados obtidos pela Aliança para o Progresso era a de que números apurados revelavam



DE JANGO A CASTELLO: O GOLPE CIVIL-MILITAR E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA (1961-67)

LEANDRO GAVIÃO E RAFAEL SALES ROSA

uma inexpressividade surpreendente, haja vista que não se havia sequer atingido o percentual de 2,5% de aumento da renda per capita no conjunto da América Latina, tal como previsto na Carta de Punta del Este (GONÇALVES; MYAMOTO, 1993: p. 220). Simultaneamente, o abrandamento das relações entre Washington e Moscou atestava um declínio das preocupações de natureza ideológica, substituindo as animosidades pretéritas por atividades benéficas em termos de maximização de poder, o fluxo de capitais, a transferência de tecnologia e o tradicional comércio bilateral. O representante do “mundo livre” parecia agora muito menos comprometido do que seus sócios menores no que tange à defesa integrada do Ocidente.

Na realidade, a conjuntura internacional apresentava fraturas em ambos os blocos<sup>VII</sup>. Em sintonia com este fenômeno, vivenciamos um processo de revisão dos preceitos da nossa política externa – em um primeiro momento com o “desenvolvimentismo não alinhado” de Costa e Silva e posteriormente com a “diplomacia do interesse nacional” de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Em termos práticos, podemos considerar que o modelo de projeção externa de Ernesto Geisel (1974-1979), denominado “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”, a despeito de suas particularidades e das especificidades dos diferentes contextos históricos, pode ser englobado numa espécie de “programa mínimo” da PEI, retomando parte expressiva de seus principais postulados (VIZENTINI, 1998: p. 197-264).

No tocante ao Brasil hodierno, a continuidade da PEI ratifica-se nos fundamentos da política externa praticada ao longo dos doze anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), não obstante os ajustes estabelecidos nas diretrizes de agenda durante a transição da gestão de Lula da Silva para a de Dilma Rousseff, fato acompanhado da manifestação de certa dose de negligência desta última para com os assuntos estrangeiros e uma drástica redução do papel da diplomacia presidencial.

Entretanto, tal modelo de inserção internacional não possui respaldo unânime entre as principais forças políticas domésticas, constatação que se traduz em críticas cada vez mais explícitas por parte de figuras importantes associadas ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), atualmente a principal agremiação de oposição ao PT. Além de advogarem

Cadernos do Tempo Presente, n. 20, jun./jul. 2015, p. 67-79 | <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>

pela restauração de relações especiais com os Estados Unidos, seus líderes têm questionado: (i) a aproximação brasileira com regimes classificados como autoritários, mesmo quando restrita ao comércio; (ii) o “comportamento leniente” do Brasil perante as demandas dos vizinhos sul-americanos, especialmente aquelas originadas de Estados governados por partidos ou coalizões consideradas de esquerda; (iii) a “paciência estratégica” para com Buenos Aires<sup>VIII</sup>; (iv) o processo de integração regional em curso no Mercado Comum do Sul (Mercosul)<sup>IX</sup>.

Embora definida em termos de “política de Estado”, a política externa, conforme explicitado em seu próprio epíteto, não deixa de ser *política*; portanto, sujeita a mudanças de substância, de ênfase e de estratégia de acordo com os resultados dos jogos travados no tabuleiro interno (MILZA, 2003: p. 369-370) e dos objetivos dos partidos políticos no poder (DUROSELLE, 2000: p. 88), malgrado a peculiar tendência brasileira de preservação do acumulado histórico do Itamaraty.

Este artigo tentou esclarecer as implicações do Golpe de 1964 no processo de alternância dos paradigmas *globalista* e *americanista*. Lateralmente, torna-se claro que apesar da chancelaria brasileira ser reconhecida internacionalmente pela continuidade, o impacto da mudança das elites políticas dirigentes na concepção do perfil diplomático do país pode ser relevante para a compreensão das inflexões de política externa. Todavia, deve-se atentar para o fato de que correlações automáticas que associem qualquer troca de lideranças com alterações nas relações exteriores são perigosamente simplórias, sobretudo quando analisamos outros momentos da história brasileira em que as rupturas de modelos de inserção internacional não foram acompanhadas por seu correspondente político e vice versa.

## NOTAS

---

<sup>I</sup> Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Relações Internacionais pela UERJ. Pesquisador do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina (NEIBA-UERJ).

<sup>II</sup> Mestrando em História pela UERJ e Especialista em História das Relações Internacionais pela mesma instituição. Pesquisador do NEIBA.

DE JANGO A CASTELLO: O GOLPE CIVIL-MILITAR E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA (1961-67)

LEANDRO GAVIÃO E RAFAEL SALES ROSA

---

<sup>III</sup> Apesar de o governo brasileiro justificar o rompimento como uma resposta inevitável aos artigos ofensivos publicados no jornal soviético *Gazeta Literária* – que atentavam contra a figura do presidente Dutra –, a conjuntura da época mostrava-se muito mais complexa. Sidnei Munhoz destaca que um incidente, na noite de 26 de dezembro de 1946, com o segundo secretário da embaixada brasileira em Moscou, Soares de Pinna, acusado de embriaguez e arruaça, colaborou para aumentar a animosidade entre os dois países, com trocas de acusações. Posteriormente, o conhecimento, por parte dos soviéticos, do fechamento do Partido Comunista Brasileiro e da repressão aos comunistas no Brasil contribuiu para piorar as relações bilaterais. É neste contexto que o jornal *Gazeta Literária* realiza sérias acusações, recebidas pelo governo brasileiro como se fossem a opinião do próprio governo da URSS, tendo em vista que a imprensa soviética era controlada pelo Estado (MUNHOZ, 2002: p. 54-55).

<sup>IV</sup> Até a presente data (23 de novembro de 1961) do discurso de San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados, 71 países mantinham relações diplomáticas com a União Soviética.

<sup>V</sup> O comércio exterior com a África apresentava índice de crescimento de 3,44%, com as importações excedendo as exportações. Em relação à América Latina, registrava um aumento de 3,35%, com ténue superávit. Com a Europa Ocidental ocorria o segundo maior acréscimo, de 5,12%. Com os EUA, o índice alcançava os 3,52% (DANTAS, 2011: p. 77-79).

<sup>VI</sup> Nesta ocasião o país caribenho também foi suspenso da Junta Interamericana de Defesa (JID). Posteriormente, ainda em 1962, os EUA impuseram um embargo econômico a Cuba.

<sup>VII</sup> “A falta de consenso acerca da questão da proliferação dos artefatos nucleares deu oportunidade à emergência da política gaullista de autossuficiência nuclear – *force de frappe* – e à conseqüente defecção do comando integrado da OTAN; uma política nacionalista que se somava ao veto ao pedido do governo trabalhista de ingresso da Grã-Bretanha na CEE. No mundo comunista, o bloco rachou separando Pequim de Moscou. O desencadeamento da revolução cultural na República Popular da China, após a denúncia de revisionismo e hegemonismo por parte da cúpula dirigente soviética pelos líderes chineses, encerrou a unidade e aprofundou a disputa pela liderança ideológica junto aos demais países comunistas.” (GONÇALVES; MYAMOTO, 1993: p. 221).

<sup>VIII</sup> Sobre o conceito de paciência estratégica, ver: GONÇALVES; LYRIO, 2003.

<sup>IX</sup> Para uma análise sobre os posicionamentos do PSDB e do PT no que concerne a temas de política externa, ver: GAVIÃO, 2014.

## Referências bibliográficas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 187p.

---

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 166p.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011 [1962]. Edição atualizada. 372p.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá: Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 484p.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 419p.

GAVIÃO, Leandro. Política externa para a América do Sul e polarização partidária: uma análise dos posicionamentos do PSDB e do PT, durante o governo de Lula da Silva (2003-2010). **Mural Internacional**, vol.5, n.1, jan.-jun. Rio de Janeiro: 2014. p. 82-92. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/rmi.2014.7400>

GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, vol.6, n.12. Rio de Janeiro: 1993. p. 211-246.

GONÇALVES, José Botafogo; LYRIO, M.C. **Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina: antecedentes, estado atual e perspectivas**. Dossiê CEBRI, vol. 2, Ano 2, Rio de Janeiro: 2003. 25p.

MAGALHÃES, Juracy; GUEIROS, José Alberto. **O Último Tenente**. Rio de Janeiro: Record, 1996. 388p.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: René Rémond (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 365-399.

MUNHOZ, Sidnei. Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). **Diálogos**, vol. 6, Maringá: 2002. p. 41-59.

DE JANGO A CASTELLO: O GOLPE CIVIL-MILITAR E SUAS REPERCUSSÕES NA POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA (1961-67)

LEANDRO GAVIÃO E RAFAEL SALES ROSA

---

NEVES, Tancredo. Programa de Governo. In: San Tiago Dantas. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011 [1962]. Edição atualizada. p. 19-29.

PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. 81p.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 483p.

SPYKMAN, Nicholas. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power**. Piscataway, New Jersey: Transaction Publishers, 2007 [1942]. 525p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações exteriores do Brasil II (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente**. 2. ed. revista e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2009. 220p.

\_\_\_\_\_. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. 130p.

\_\_\_\_\_. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. 408p.